

# APRESENTAÇÃO

A revista *Kriterion*, nesse número especial, tem o prazer de trazer a seu público de leitores um dossiê contendo um elenco de artigos, em sua extensão diferente dos *papers* acadêmicos habituais, proveniente da celebração de duas efemérides, a qual teve lugar no Departamento de Filosofia da UFMG, sede da revista, e ocorrida em novembro de 2018.

As efemérides são [i] os vinte e cinco anos de funcionamento do doutorado do PPG-Filosofia da FAFICH-UFMG, cuja criação data de 1993, com sua primeira turma e exame de seleção; [ii] o cinquentenário do ano de 1968, com sua constelação única de eventos de primeira grandeza que eclodiram pelo mundo afora, nos quais a utopia da emancipação humana no sentido amplo e profundo esteve nos corações e mentes de seus protagonistas, inclusive no Brasil. Ora, a geração que esteve à frente da criação do doutorado é a geração dos “soixante-huitards”, como dizem os franceses, ou a geração 68, como se diz aqui no Brasil (“geração meia-oito”) – donde a ideia de juntar as duas efemérides e o título “Memória dois em um” do simpósio.

Além dessa circunstância geracional, a dupla rememoração/comemoração e a decisão de associá-las tiveram como fio condutor a ideia de que as memórias de uma pessoa nunca são totalmente individuais, mas apontam para múltiplos modos de relacionamento entre indivíduos e coletividades e essas podem ser entendidas tanto num sentido mais próximo – o nível do núcleo mais imediato (o de um departamento de filosofia, no caso), da instituição e da própria cidade em que se desenvolvem as ações rememoradas – quanto num sentido mais distante, remetendo a acontecimentos históricos nacionais e/ou internacionais, com suas características próprias ou especiais, dada a sua natureza de evento: por um lado, a luta contra a ditadura militar instalada no Brasil entre 1964 e 1985, num processo longo e difícil que teve em 68 seu ano fatídico (as passeatas, o AI-5 e o início dos “anos de chumbo”); por outro as *riots* e as insurgências contra o *establishment* e ligadas a uma concepção de esquerda renovada na Europa (principalmente na França, na Alemanha e na Tchecoslováquia, só para citar alguns exemplos) e nos Estados Unidos da América (especialmente na Califórnia), sem esquecer o México e o Japão.

O simpósio durou três dias (28, 29 e 30/11) e percorreu uma agenda rica e variada, abarcando mesas-redondas; exibição de documentário (“A greve de Contagem”), seguida de comentários e debates com o público; projeção de fotos, imagens e entrevistas; depoimentos pessoais de ex-doutorandos; elocuições de autoridades universitárias; e incidências variadas, como doenças e impedimentos pessoais, comuns em eventos dessa natureza. Ao acertarmos com a direção da revista *Kriterion* a publicação do dossiê que ora vem a lume, decidimos que iríamos nos limitar àquelas locuções com potencial acadêmico, vale dizer, com o potencial de se transformar em artigo científico e se difundir numa revista com as características da *Kriterion*. Dessa decisão resultou a seleção de 14 comunicações, agrupadas nas três seções consagradas, respectivamente, ao [i] Doutorado em Filosofia – 25 anos; [ii] Mapa da Memória do Departamento – Do Acaiaca ao Campus da Pampulha; [iii] 1968 e o Mundo, abarcando a França, a Alemanha, os Estados Unidos, a Tchecoslováquia e o Brasil. De fato, a expectativa era termos 17 contribuições, com dois artigos dedicados aos vinte e cinco anos do Doutorado, mas não foi possível, havendo a declinação de uma colega, por motivos que não vêm ao caso explicitar aqui. Somem-se ainda duas desistências nas outras seções, fosse por problemas de saúde, fosse por impedimentos de agenda, resultando no fim em 14 contribuições, como ressaltado.

Para fins do dossiê, além do mais, não era o caso de seguir a sequência cronológica das mesas e palestras, resultando em mais de uma reacomodação, de sorte que o dossiê vale pelo dossiê e como dossiê, com sua ordenação própria, fruto da decisão dos editores. E, como tal, prevalecendo sobre o evento e suas circunstâncias parâmetros exclusivamente acadêmicos, e tendo sido permitidos mais de um afastamento e modificação na transformação de uma elocução oral (palestra ou comunicação) num *paper* escrito e feito para publicar em revista acadêmica.

Esclarecidos esses pontos, iremos agora apresentar os artigos, observando as três seções em que eles foram rearranjados:

I - Doutorado em Filosofia da UFMG – 25 anos

II – Memória do Departamento de Filosofia – da Carangola ao *Campus Pampulha*

III – 1968, o Mundo e o Brasil – Política, Filosofia, Literatura e Música.

Fruto da colaboração dos três editores, o que será exibido na sequência é um conjunto de sinopses, consistindo em descrições dos conteúdos, bem como em juízos de valor sobre os pontos considerados relevantes ou de reconhecida originalidade, em vista da publicação, mas nunca o endosso de posições

defendidas nos artigos ou, inversamente, a sua contestação e polemização pura e simples.

## **I - Doutorado em Filosofia da UFMG – 25 anos**

Apenas um artigo foi selecionado, de Ivan Domingues, que esteve à frente do processo de criação do Doutorado (elaboração do projeto, apresentação às instâncias superiores) e de sua implantação efetiva (1º exame de seleção, início do curso). Nele o leitor encontrará, na esteira das decisões tomadas à época do evento, uma visada exclusivamente retrospectiva, atendo-se aos processos de criação, implantação e consolidação do curso de Doutorado. Vale dizer, sem recuar mais aquém do Mestrado já existente e que serviu de ponto de arranque, e sem ir além do passado recente, deixando os dias de hoje assim como os desafios do futuro para a coordenação do PPG em exercício ou efetiva à época do evento.

Sobre o escopo do artigo, chamaríamos a atenção do leitor, além do esforço ou exercício rememorativo, para o empenho analítico visando a compreensão dos desafios e circunstâncias da criação do doutorado, bem como a compreensão dos legados assim como das condicionantes da universidade brasileira no sentido amplo. Ou seja, precisamente, desde a sua criação nos anos trinta do século passado, quando a USP e a Universidade do Brasil foram fundadas<sup>1</sup>— como universidades públicas completas, bem entendido, precedidas de outras iniciativas, algumas efêmeras, como a UDF e a do Paraná, outras mais sólidas, resultando da unificação de algumas faculdades isoladas, como a UFMG, então UMG, criada em 1927 como órgão estadual e federalizada em 1949 – até a reforma por que a universidade brasileira passou no final dos anos 60, abrindo caminho para a implantação da pós-graduação na década de setenta e o papel de grande relevo da CAPES.

Sumarizando ao máximo os tempos fortes dessa saga histórica, teremos então, a passos rápidos, o diagnóstico de que o Brasil chegou tarde à implantação do ensino superior universitário. Diagnóstico a que se chega, colocando-se à parte as poucas faculdades isoladas datadas do Império, e comparando o nosso país

1 Bem entendido, fundadas como universidades públicas completas, precedidas de outras iniciativas, algumas efêmeras, como a Universidade do Paraná, criada em 1912 e fechada depois; outras mais longas, como a Universidade de Manaus, criada em 1909-1910 e descontinuada em 1927, tendo dela restado, finalmente, a Faculdade de Direito, que passou a integrar a Universidade Federal do Amazonas, criada em 1965; outras mais sólidas, resultando da unificação de algumas faculdades isoladas, como a UFMG, então UMG, criada em 1927 como órgão estadual e federalizada em 1949, quando outras faculdades foram agregadas. Some ainda a Universidade do Distrito Federal (UDF) no Rio de Janeiro, criada em 1935 por Anísio Teixeira e incorporada à Universidade do Brasil em 1939.

com outros países da América Hispânica, com as nossas primeiras universidades a se despontar apenas nos anos trinta, como ressaltado. Demais chegou mais tarde ainda à implantação do sistema de pós-graduação, completando o ciclo de estudos, a exemplo de outros países do mundo, e mesmo em comparação com as universidades hispânicas do novo mundo, como a do México e a do Peru.

Quanto à implantação da pós-graduação em filosofia na UFMG, o artigo destaca a implantação do Mestrado em 1974, com o protagonismo do grupo de Louvain, composto por quatro professores, ao qual vai se acrescentar mais um colega, anos mais tarde, tendo sido Padre Vaz o primeiro coordenador, assistido por José de Anchieta Corrêa. O contexto da criação é os “anos de chumbo” pós AI-5, em meio à grande repressão política que se abateu inclusive sobre a universidade brasileira, e, paralelamente, sob os auspícios da CAPES como agência modernizadora e incrementadora do sistema de ensino superior, o que não deixa de ser paradoxal, mas que se enquadrava no projeto desenvolvimentista patrocinado pela ditadura militar: uma modernização conservadora em suma, mas que acabou dando à CAPES uma certa autonomia para implantar o SNPG segundo o figurino internacional. Este foi, portanto, o cenário em que o nosso mestrado foi criado, como mostra o artigo. E o que é importante: no plano interno com o grande protagonismo do grupo de Louvain, como dito, ao qual se associaram professores eminentes e titulados que já atuavam no Departamento, bem como um conjunto de jovens “pratas da casa”, que foram enviados ao exterior um pouco mais tarde, cumprindo programas de doutoramento com bolsas da CAPES – e tudo isso ocorrendo num tempo em que a UFMG era uma universidade local, com sua influência mal ultrapassando as divisas do Estado, e o Departamento de Filosofia estava circunscrito à cidade de Belo Horizonte.

Por seu turno, o Doutorado só será criado cerca de 20 anos mais tarde, quando o ciclo completo de ensino de filosofia finalmente se iniciará na UFMG, e cujo processo de criação e implantação se revelará mais difícil e bem mais longo, conforme mostra o artigo, ao referenciar as principais datas, as dificuldades enfrentadas, os novos protagonistas, o espírito do projeto científico e pedagógico, a consolidação do PPG, sua inserção no cenário nacional e sua internacionalização. Tudo isso o leitor irá encontrar ao longo do artigo, assim como o contraste com o período quando o Mestrado foi fundado, com os principais eventos e nomes assim repertoriados: [i] início das tratativas: 1988, reitorado de Cid Veloso, com José de Anchieta Corrêa como pró-reitor de pós-graduação, que encaminhou o projeto inicial; [ii] a mudança de reitorado em 1990, a crise do projeto inicial devido a parecer negativo e a abertura de diligência em busca de mais informações, gerando a necessidade de reformulação do projeto; [iii] as aposentadorias do Departamento (governo Collor), a chegada de novos

doutores vindos da Europa e “pratas da casa”, a mudança da coordenação, passada a liderança a Ivan Domingues, a recomposição do colegiado de Pós, e a retomada do projeto de criação do Doutorado: em novas bases, assentado em linhas de pesquisa, na esteira da reforma do Mestrado, e levando no Doutorado à implantação de um PhD à inglesa, com ênfase na pesquisa e uma carga menor de créditos obtida em atividades de ensino; [iv] o projeto foi aprovado em 1992 e o curso iniciado, com a primeira turma em 1993, donde o mote da efeméride dos 25 anos, fruto de uma liderança colegiada, com ampla e intensa participação dos representantes do Colegiado: então um pacto institucional foi celebrado com todos os professores e o caminho da consolidação assim como do reconhecimento viu-se aberto, com a forte inserção do nosso PPG no cenário nacional, obtendo as notas mais altas do processo de avaliação da CAPES e se abrindo à internacionalização, que está em curso e é o grande desafio do momento.

Para terminar, o contraste do momento histórico da criação dos dois cursos, Mestrado e Doutorado, não poderia ser mais nítido ou saliente: o Mestrado, os anos de chumbo e a vocação local da UFMG e do nosso PPG, confinado à cidade e com o corpo de professores composto em sua maioria por pratas da casa, com um certo autodidatismo ficando para trás e iniciando entre nós a etapa da especialização do conhecimento, também chamada de profissionalização; o Doutorado, a nacionalização do Departamento e a consolidação do processo de especialização do conhecimento e a internacionalização do PPG em Filosofia da UFMG.

## **II – Memória do Departamento de Filosofia – da Carangola ao *Campus da Pampulha***

Criado em 1939 como uma das seções da antiga Faculdade de Filosofia, então FAFI, cujo modelo institucional no tocante às federais era a Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, sediada no Rio de Janeiro. Trata-se de uma época em que não havia departamentos autônomos e suas câmaras respectivas, mas seções e regentes de cátedra, com a congregação e o diretor centralizando tudo. Conforme veremos, esta estrutura será transformada com a Reforma Universitária de 1968, quando haverá a substituição das seções e das cátedras pelos departamentos, e o ponto de corte das contribuições é o início dos anos sessenta e se estende por mais de cinquenta anos, conforme veremos.

Ressalte-se, ao dar o contexto da história do Departamento neste período importante, que a grande liderança era o Prof. Arthur Versianni Vellôso, um dos fundadores da FAFI e à testa da Faculdade como Diretor, quando o nosso

dossiê debuta as suas contribuições. Quanto à Faculdade, espelhada nas seções da velha Faculdade Nacional de Filosofia, composta pelas seções de filosofia, letras e pedagogia, incluindo as didáticas especiais (a velha FAFI tinha todas elas, antes que a FAE, criada pela Reforma Universitária de 1968, anexasse a pedagogia e as didáticas), nessa época incluía disciplinas das humanidades como filosofia, ciências sociais e história, além de um elenco de sessões das Letras, como o inglês e o português, e incluindo entre as ciências a física, a química e a história natural. Com a Reforma Universitária de 1968, haverá a remodelagem da velha FAFI, levando à criação da Faculdade de Letras, assim como a Faculdade de Educação, e a reacomodação das Ciências, em seus primeiros ciclos, nos Institutos Centrais, com o ICEX, o ICB e o IGC na linha de frente. Nesta época, antes da Reforma, havia o Colégio Universitário, mais tarde renomeado Colégio Aplicação, que se ocupava do segundo grau e onde a filosofia era também ensinada. Quanto à seção de filosofia, consistindo apenas no curso de graduação, como já ressaltado, e com turmas pequenas (lembre-se que a primeira turma, formada em 1942, tinha três alunos), ela ainda se encontrava na fase heroica, pode-se dizer. E como tal algo precarizada e ameaçada por todos os lados, vivendo em grande parte da abnegação e generosidade de seus docentes, em especial do Prof. Vellôso, que comandará a vida e as iniciativas da Seção e depois Departamento de filosofia até beirando sua aposentadoria, em 1976. Um pouco antes, a liderança passou para as mãos de José Henrique Santos, que, com o concurso de Padre Vaz e o protagonismo do grupo de Louvain, iniciará a profissionalização do Departamento, levando à criação do Mestrado em 1974 e do Doutorado em 1992, como já ressaltado, onde vamos encontrar o Departamento em nossos dias, com seu ciclo completo de estudos.

Este é, portanto, o contexto das contribuições desta importante seção do dossiê, distribuídas na seguinte ordem de autoria: [i] José de Anchieta Corrêa, recuando ao início dos anos sessenta, quando o Prof. Vellôso era diretor da velha FAFI e de quem o ilustre colega era próximo, dando em seu relato uma importante reconstrução da história de nosso Departamento, então Seção de Filosofia, naquela época; [ii] Carlos Roberto Drawin, que cobre os anos setenta até a sua aposentadoria em 2010, em cujo relato iremos descobrir uma vívida descrição da FAFICH dos anos de chumbo e um pouco antes, tendo sido ele militante da AP, ou Ação Popular, da esquerda católica, e tendo Padre Vaz, a quem Drawin era ligado, como o seu mentor intelectual, como reconhecem suas lideranças, como Betinho; [iii] Ivan Domingues, cujo relato cobre o mesmo período inicial dos anos setenta, focalizando os anos de chumbo e os embates das esquerdas, especialmente as marxistas e não-católicas, com o regime militar, e terminando com suas estadas na Europa para fazer seu PhD na

Sorbonne nos anos oitenta, sua volta ao Brasil e a retomada de suas atividades no Departamento no início de 1990, o desafio da criação do doutorado, como já ressaltado, e seu envolvimento com diversas frentes da filosofia, abarcando o ensino e a pesquisa, até os dias de hoje; [iv] Rodrigo Duarte, também prata da casa, tendo cursado a graduação no Departamento depois de abandonar a engenharia eletrônica da PUC-Minas, realizado seu mestrado em nosso PPG e feito o seu doutorado em Kassel, na Alemanha: em 1990 volta ao Brasil e logo é contratado pela UFMG, depois de habilitado por concurso, e passa a atuar na graduação e pós em disciplinas ligadas à estética e à teoria crítica, assim como em diferentes frentes da pesquisa, passando a ser importante referência nacional e internacional, sobretudo na Alemanha; [v] Patrícia Kauark, num exercício absolutamente singular de memória semiótica, por assim dizer, voltada para duas peças iconográficas associadas à figura do Prof. Vellôso, fundador do Departamento e da velha FAFI, na época diretor da Faculdade: trata-se do busto e da placa do centenário da morte de Kant, datadas de 1962, suas réplicas de fato e então localizados na antecâmara da Biblioteca da velha Faculdade recém-transferida para a mitológica Rua Carangola, em cujo artigo podemos ver um tributo ao mestre Vellôso, como pretende a autora, e nas duas peças iconográficas mais a antecâmara da Biblioteca como peças e lugar sagrados. Transferido o busto e placa de Kant para a Faculdade nova, depois da mudança para o Campus, quando foram reacomodados no jardim interno da Faculdade localizado nas proximidades da Diretoria, podemos ver no artigo, mais do que um tributo ou uma *laudatio*, como sói acontecer, a sua iconização. E desde logo, enveredando o artigo pelos caminhos da “monumentalização” das pessoas e dos lugares (memória dos monumentos, dos grandes homens e dos lugares sagrados), comum em história, e pouco usual em filosofia – donde a originalidade.

Com essas ideias em mente, passemos às sinopses dos artigos, devendo os mesmos ser vistos como guias e convites para ir ao original, não como seu substituto ou resumo de facilitação.

[i] José de Anchieta Corrêa: “Presença e participação” – artigo em que o autor repercorre a própria carreira de professor no Departamento de Filosofia da UFMG, iniciada em 1961, depois de ter passado uns tempos na PUC-Minas e no Colégio Estadual, onde começou sua aproximação do Prof. Vellôso, Presenças constantes ao longo da sua vida, a vocação filosófica e o empenho político se entrecruzaram quando ele foi ativo como Coordenador do Plano Trienal em Minas Gerais nos primeiros anos da atividade, à época do governo João Goulart, quando datam seus laços pessoais com Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Em maio de 1964 foi preso no DOPS, Delegacia de Ordem Pública e Social, com várias acusações, entre elas a de “corromper a juventude”, a mesma

acusação que foi feita contra Sócrates. Liberado conseguiu, com a ajuda do colega, professor Henrique Cláudio de Lima Vaz, bem como de autoridades da Igreja, obter uma bolsa de estudos na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. De volta em 1971 dedicou-se ao ensino da filosofia, principalmente a fenomenologia de Merleau-Ponty, trabalhou para melhorar a biblioteca do Departamento e contribuiu ativamente para ampliação e para o fortalecimento do Departamento de Filosofia sendo a sua atividade decisiva para aprovação do projeto de aprovação do Mestrado.

Ao longo desse exercício vivido da memória, com o próprio autor auto-implicado como testemuha direta das coisas que se passaram, o leitor e mais ainda os colegas se surpreenderão em mais de uma oportunidade. E antes de tudo com os episódios biográficos do inquieto mestre, os quais não eram de nosso conhecimento, corriam o risco de tombar definitivamente no esquecimento e cujo resgate, nesse dossiê, proporcionará a ressignificação da “presença e participação” ativas do colega ao longo de três décadas fundamentais da história de nosso Departamento.

[ii] Carlos Roberto Drawin: “Memória de resistência”, ao longo do qual o autor começa por refletir sobre o estatuto filosófico da memória, valendo-se principalmente das contribuições de Paul Ricouer, a quem perturbava o “inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá”. A partir desse quadro teórico, Drawin recorda a sua atuação no movimento estudantil belo-horizontino, que teve na FAFICH um dos seus principais esteios – atuação iniciada em 1967, quando fazia graduação de psicologia, a qual o levou posteriormente a ingressar na organização de esquerda AP (Ação Popular), como já referido, no âmbito da qual participou em muitos episódios de combate à ditadura militar, instalada em 1964 no Brasil, a qual entrava numa fase de recrudescimento da repressão em 1968 com a decretação do AI-5. Destaca-se nesse texto não apenas o interesse sócio-político do vívido relato de Drawin, num momento decisivo da história nacional, mas também a sua contribuição para a memória do Departamento de Filosofia da FAFICH – e esta na medida em que narra sobre a sua experiência, inicialmente, de aluno, na década de setenta e, posteriormente, de professor, iniciada no fim da mesma década, até a sua aposentadoria.

[iii] Ivan Domingues: “Labirintos da memória: a minha geração e o Departamento de Filosofia” – como antecipado, o artigo data de 10 anos a mais do ponto de arranque das reflexões de José de Anchieta e coincide, em suas grandes linhas, com a época reportada por Carlos Drawin, tendo início nos anos setenta, quando da entrada do autor como estudante no Departamento de Filosofia, em 1971. Ou seja, nos “anos de chumbo”, como tantas referido



nesse dossiê, quando a velha Faculdade da Rua Carangola estava dividida entre duas correntes que se digladiavam: os partidários da esquerda tradicional, com sua moral puritana e meio estoica, dividida entre a esquerda cristã da AP e os grupúsculos marxistas, cujo espectro ia dos leninistas, passando pelos trotskistas, até os maoístas, num tempo em que o Partidão estava desmoralizado e sentenciado de morte; os adeptos da contra-cultura [contracultura (sem hífen)], com sua moral permissiva e hedonista, que trocava tudo por uma festa – donde esquerda festiva e, também, esquerda “desbundada” –, bem como trocava os livros de Mao e as críticas de Trotsky pelos prazeres do corpo e muito sexo, droga e *rock 'n' roll*.

Daí segue um segundo lapso temporal, quando ocorre a entrada do autor no Departamento, em 1978, como professor. Antes de mais nada, com a obrigação de ensinar a disciplina “Lógica do Pensamento Científico”, lecionada no Primeiro Ciclo por um grupo de jovens professores, motivando a referência carinhosa de José Henrique Santos aos seus cerca de cinco integrantes como os “novos filósofos”, em analogia com os “nouveaux philosophes” franceses: entre outros, referindo-se a André Glucksmann e a Bernard-Henri Lévy, que eram os mais conhecidos e que, como alguns dos colegas da UFMG, não dizemos todos, eram chamados de “filhos de maio de 68”, agora estoicos e totalmente consagrados à academia, tendo passado o hedonismo da vida estudantil e a onda do militância.

Demais, data dessa época mais uma etapa da formação do autor, com o início do Mestrado em 1978, a defesa da dissertação em 1980 e sua ida para a Europa, para fazer seu Doutorado na França, na Sorbonne, quando tem a oportunidade de penetrar em diferentes meios intelectuais franceses, numa experiência densa e variada que se revelará decisiva para a sua formação e a consolidação da sua carreira. De volta ao país, em 1990, o autor se ocupará de corpo inteiro da pós-graduação, tendo sido eleito coordenador da pós-graduação, quando reformará o Mestrado e irá criar o Doutorado, em 1992, como dito e iniciado em 1993, continuando no Departamento até os dias de hoje. Tudo somado, está-se diante do derradeiro representante da geração de 1970 e o último elo da geração atual com a geração anterior, anterior à dos anos setenta, precisamente, da qual o representante nesse dossiê é o Prof. Anchieta, referido supra.

[iv] Rodrigo Duarte: “Excertos de um memorial acadêmico”, em que o autor apresenta trechos do memorial acadêmico apresentado por ele como requisito parcial para obtenção do cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Seu objetivo era gerar uma contribuição que abordasse a memória do referido

Departamento, na medida em que enfocasse a trajetória acadêmica do autor, enquanto ex-aluno dos cursos de graduação e de mestrado e, posteriormente, docente – totalizando cerca de quarenta anos – nessa instituição. O memorial, a partir do qual foi produzido este texto possui mais de cento e trinta páginas com alguns tópicos biográficos do autor, contemplando descrições do modo específico de ser da instituição que o acolheu, e o critério preponderante para a seleção dos trechos aqui presentes foi exatamente o entrecruzamento desses dois momentos indissolúveis.

[v] Patrícia Kauark: “Imagens de Kant na FAFICH” – tendo já nos estendido bastante ao apresentar a colega e destacar a originalidade do artigo, vamos nos limitar agora a por em primeiro plano a sagacidade bem como a inventividade da autora na construção da narrativa das peripécias que cercam a história das peças iconográficas, ao propor as delícias e os suspenses de um gênero literário perto de um conto policial, digno de um Arthur Conan Doyle e seu personagem Sherlock Holmes: no fim da história, iremos descobrir o verdadeiro fio da meada das duas peças, obras do artista plástico Frederico Bracher Júnior por encomenda de Arthur Versiani Vellôso, e especialmente da placa celebrativa, com seu enredo ou *plot* bem mais complicado: exibida originariamente na cidade onde o filósofo nasceu, Kögnisberg, e destruída junto com a cidade no fim da segunda guerra pelas tropas russas, cuja única réplica passou a ser esta encontrada agora no aludido jardim interno da nova FAFICH, acarretando a pergunta onde o artista tinha encontrado o modelo para fazer a sua modelagem e a respectiva cópia – pergunta cuja resposta não forneceremos agora, para não causar *spoiler*, com a esperança de que o leitor tudo descubra, por si mesmo, ao chegar às páginas finais do artigo.

### **III – 1968, o Mundo e o Brasil – Política, Filosofia, Literatura e Música**

Nesta seção do dossiê, e um dos pontos altos do evento, estamos diante da nossa segunda efeméride com suas duas datas icônicas: o ano e o mês, ambos tornados um só no mitológico maio de 68 francês, que, se foi o máximo ou o maior de todos, não foi o único.

O leitor irá descobrir nas evocações e análises dos artigos selecionados reminiscências do maio francês, nas duas contribuições em apreço, assim como em outras, além de alusões, pessoais ou não, relativas ao 68 da Alemanha, da então Tchecoslováquia (Primavera de Praga), dos Estados Unidos, do Brasil – cada qual com seu maio e sua conjuntura política, em plena democracia uns países, mas desconfiados dos limites e distorções da democracia liberal, em pleno regime militar outros, de esquerda ou de direita, pouco importa, fazendo

estes voltarem os olhos para a China ou Cuba, e aqueles, como em Praga, a sonharem com as democracias formais do Ocidente.

Demais, o leitor irá se deparar, numa escala menor, sem que o dossiê pudesse ter desenvolvido, com referências ao ano famoso no Japão, bem como no México, conforme mostrou João Carlos Brum Torres, ao se reportar aos conflitos *entre os* estudantes e o Governo no México que culminaram no chamado “massacre de Tlatelolco”, ocorrido no dia 02 de outubro, a dez dias do início dos Jogos Olímpicos, com 1345 presos e mais de trezentos mortos.

Esses exemplos dão-nos aquela que pode ser considerada a vertente mais emblemática do ano famoso, a saber, a vertente política, com seus vieses, calendários e tempos fortes, da qual se ocupará o dossiê na maior parte dos artigos.

Além dessa vertente, haverá uma segunda, a vertente cultural, tendo como exemplo emblemático a Califórnia, ao dar azo à contracultura e ao revolucionamento dos costumes, desde as relações intrafamiliares, passando pelas relações interétnicas e entre gêneros, até em outros planos da sociedade, como no ensino universitário, no plano pedagógico e nas relações professor/aluno, e mesmo na vida política, em certos segmentos da *New Left*.

Desde então haverá mais de um ano 68 e mais de um epicentro do grande *Quake* que abalou o globo naquele ano fatídico, como em poucos períodos da história da humanidade. Haverá o 68 político, com epicentro em Paris e transcorrido no mês famoso, tendo como ponto alto aquela semana extraordinária que deixou o país de ponta-cabeça e terminando com a fuga de De Gaulle para a Embaixada da França na vizinha Alemanha. Haverá o 68 cultural, tendo como epicentro a Califórnia e a região de São Francisco, com seu viés de contracultura – contra o *establishment* e o *American Way of Life* –, ao qual está associado o movimento *hippie*, o festival de Woodstock, o experimentalismo com o corpo e a mente, a insurgência contra a guerra do Vietnã e outras mais: primeiro nos Estados Unidos, onde tudo começou, e depois se espalhando pelo mundo, até mesmo na França, como reconhecerá seu grande ícone, Cohn-Bendit, ao dizer que o 68 francês muito se espelhou nos Estados Unidos e na Califórnia.

O dossiê dedicou várias seções onde essas duas vertentes do ano famoso são desenvolvidas, em sua especificidade e, também, em seu entrecruzamento. Um excelente exemplo disso é a Tchecoslováquia e a Primavera de Praga, analisada com as lentes do romance famoso de Milan Kundera. Outro exemplo é o Brasil: na impossibilidade de o dossiê poder trazer a lume o balanço do 68 político, como já foi explicado, e que ficaria a cargo de um colega historiador, o leitor nem por isso ficará frustrado, posto que poderá ir a fundo ao se deparar com dois artigos dedicados ao 68 brasileiro, conhecido como o ano que não acabou.

Por um lado, a análise do romance de Antonio Callado, *Quarup*, e portanto pelo viés da literatura, com o autor alinhando o romance com o contexto nacional e a perspectiva delineada por Callado com a figura do intelectual engajado desenhada e assumida por Sartre. Por outro, a análise da música popular brasileira do período, com destaque para o tropicalismo, em que não é difícil de perceber seu enraizamento no modernismo brasileiro, assim como na Semana de 22, e ainda na perspectiva da contracultura, mas não sem deixar de evocar Paris com o famoso “é proibido proibir”.

Terminamos essa breve apresentação, chamamos a atenção para as seguintes referências bibliográficas que consideramos importantes à vista da compreensão das várias faces do ano mitológico de 1968: [1] França: Morin, E. *et al.* 1968 – *A brecha*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018; [2] Alemanha: a coleção em três volumes, organizada por Wolfgang Kraushaar, intitulada *Escola de Frankfurt e movimento estudantil. Da mensagem na garrafa ao coquetel Molotov*, em alemão, e explorada por Rodrigo Duarte em seu artigo, proporcionando o contato do público com essa primorosa fonte em primeira mão; [3] EUA: Searle, J. *The Campus War: A Sympathetic Look at the University in Agony* (Political commentary). Cleveland: World Publishing Company, 1971; [4] Brasil: Ventura, Z. 1968: O ano que não terminou. Rio: Nova Fronteira, 2006. Para uma perspectiva mais ampla, abarcando várias experiências e países, recomendamos a consideração de dois livros de Cohn-Bendit, distanciados 20 anos no tempo, motivando avaliações discrepantes do ano fatídico: *Nós que amávamos tanto a revolução*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987; *Forget 68* (Entretiens). La Tour d’Aigues: Editions d’Aube, 2008. Para uma avaliação dos aspectos filosóficos, recomendamos, além dos livros de Morin, Searle e Kraushaar (este como fonte filosófica e também histórica) suprarreferidos, a obra de Marcuse, uma antologia de fato, *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

É claro mais de um autor seguirá um outro caminho e se apoiará em fontes diferentes, diversificando o empenho analíticos e enriquecendo os debates, mais do que paralisando-os e se perdendo em cizânias ou frivolidades estereis.

Os artigos selecionados para esta terceira e última parte do dossiê são: [1] França – [i] João Carlos Brum Torres: 1968, ontem e hoje + [ii] Ivan Domingues: *1968: França, Maio e Nós – Cinquenta Anos Depois*; [2] Alemanha – [iii] Rodrigo Duarte: “O movimento estudantil alemão na década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: algumas anotações”; [3] Tchecoslováquia – [iv] Giorgia Cecchinato: A leveza da primavera de 1968. A primavera de Praga através do olhar de Milan Kundera; [4] EUA – [v] Jeremy J. Shapiro - *Against Thermidor: Lessons from the Sixties* + [vi] Eduardo Soares Neves Silva: Sobre

o 68 americano: estrutura e exclusão, ou os limites da *New Left*; Brasil – [vii] Sérgio Alcides: ‘Quarup’: a ‘deseducação’ do público + [viii] Myriam Ávila: As três caravelas de 68.

Em seguida, apresentaremos as respectivas sinopses.

[i] João Carlos Brum Torres: “1968, ontem e hoje” – o artigo divide-se em quatro seções, resultando segundo o autor numa espécie de mosaico, caracterizado pela exterioridade das partes, não havendo entre elas nem sequência linear, nem similaridade, mas sobreposições e justaposições, poderíamos dizer. Assim, **1ª seção**: onde se evoca o “ambíguo significado dos eventos de 1968, em cujo curso as mobilizações e lutas por uma vida mais livre e por uma sociedade mais justa foram acompanhadas e sobrepujadas pela reação conservadora e autoritária”, como mostra o caso da França, com De Gaulle voltando ao poder em junho e o gaullismo vencendo as eleições no ano seguinte. **2ª seção**: na mesma linha, ao longo da qual se relembra das revoltas de 68 nos diferentes países e seus melancólicos desfechos, nas palavras do autor, como na Alemanha, na Tchecoslováquia e no Brasil, mais além da França e de Paris. **3ª seção**: numa outra perspectiva, com foco no pós-68, onde “se chama atenção para o processo de globalização e a difusão planetária do neoliberalismo”: dois grandes eventos que no fundo são um só, em que se tem o anti-68 por excelência e os quais irão promover uma alteração profunda nos dois grandes esteios das sociedades humanas, o Estado e o Mercado, rompendo com o comunitarismo e o associativismo [formulações nossas, dos editores] que marcavam a geração e os movimentos de 1968 e ficando em seu lugar o individualismo e a responsabilização pessoal nos sucessos e nos fracassos nas diferentes esferas da vida. **4ª seção**: concluindo, ao longo da qual se interroga acerca da natureza dos eventos e insurreições históricas, em cuja resposta o autor irá buscar as companhias de Heidegger, Foucault e Ricoeur – e desde logo, pode-se dizer, levando-o a tomar igual distância de Aristóteles e Hegel, na esteira da sua suspeição de que alguma coisa de 68 ficou na memória histórica como seu resultado indelével, e postular a tese segundo a qual há bem universais nos eventos e processos históricos. Universais *sui generis*, com efeito, segundo o autor: por um lado, levando-o a propugnar “o caráter *sui generis* da instanciação dos universais históricos” nos eventos e processos, que são singulares, ao admitir com Ricoeur que esses universais, evocando eventos que se repetem segundo um padrão, são da ordem não da essência ou da substância, posto que acidentais, mas do *plot* (intriga) e da narrativa; e por outro, levando-o a estabelecer, com Heidegger e Foucault, a “vinculação da série aberta dos movimentos insurreccionais ao caráter intrínseca e insuperavelmente problemático da sociabilidade humana”.

Sobre o autor, cabe ainda registrar, como foi lembrado na época do evento, que logo depois de ter sido contratado pela UFRGS, como assistente de Gerd Bornheim, em 1968, ele foi um dos 14 professores expurgados daquela universidade, por força do AI-5, quando o país era governado por uma junta militar, com Costa e Silva doente e o país mergulhado num dos anos mais tenebrosos de sua história. Foi nesse contexto que ele foi para Paris, com bolsa do governo francês, quando foi parar em Vincennes, em plena efervescência, como se maio continuasse ainda, tendo sido, portanto, uma testemunha direta daquela época, acolhido calorosamente por Châtelet e sendo por um período próximo de Deleuze e de seu círculo. É, portanto, com esse *background* pessoal que ele foi convidado para o evento e agora selecionado para o dossiê, lembrando que o autor voltou para o Brasil em 1974 e foi reintegrado à UFRGS em 1979, quando a lei da Anistia promoveu em todo o país a volta dos professores compulsoriamente aposentados.

[ii] Ivan Domingues: “1968: França, Maio e Nós – Cinquenta Anos Depois” – com formação francesa, como João Carlos B. Torres, mas tendo ido para Paris dez anos depois, o autor não teve por lá experiência direta do maio de 68, nem de seus estertores, apenas no Brasil. Contudo, frequentou a vida e a cena intelectual francesa, com a universidade mais distensionada e também menos elitista, tudo isso por efeito de maio, levando à implosão a velha Sorbonne, paralelamente ao crescimento estonteante da população universitária, especialmente em Paris, com milhares de estrangeiros vindos de diferentes pontos do globo. No mesmo compasso, no plano político, a França tinha deixado o gaullismo para trás e era a vez, em termos de esquerda, não mais do antigo Partido Comunista Francês, já em decadência, nem mesmo da *New Left*, que nunca chegou ao poder, porém do Partido Socialista, com ar de *Old Left* e Mitterrand, dominando a cena francesa por uns bons 15 anos. Este é, pois, o contexto político e de sua interrogação acerca do significado do maio francês, com sua constelação de sentidos e suas várias vertentes: política, cultural e filosófica. No entanto, tendo vivido diretamente o 68 brasileiro, com um olho em Paris e outro na Califórnia, tal situação levou o autor a buscar na conclusão do artigo as interfaces do 68 francês e do 68 brasileiro.

Quatro foram os questionamentos levados a cabo: [1] como compreender a explosão de maio, as barricadas do *Quartier Latin* e tamanha radicalidade com o país de ponta-cabeça, num contexto como o francês de então, com a nação mais rica e o estado de bem-estar social em plena implantação, e justamente num momento em que a França estava no auge dos “Trinta anos gloriosos”?; [2] na linha de John Searle em *The Campus War* tendo por foco Berkeley, o 68 norte-americano e a Califórnia, qual foi o significado filosófico do 68 francês

e o que a filosofia poderia dizer sobre 1968 e o maio famoso?; [3] ao fim e ao cabo, ao considerar o mundo ocidental, qual foi o 68 que venceu, o de Paris e da política, ou o da Califórnia e da contracultura?; [4] passados cinquenta anos, como 68 interpela o autor hoje, como brasileiro, e pessoalmente, ele que fazia parte da geração 68 e assistiu aos estertores do ideário político de maio nos anos setenta e sobretudo 80?

Para respondê-las, no tocante à França, o autor cuidou, por um lado, de dar lastro empírico às suas análises, levando-o a buscar o embasamento de suas reflexões no interior do próprio movimento, ao explorar documentos dos grupos ativistas (coletivo 22 de março, etc.) e registros assim como livros de suas lideranças: Cohn-Bendit, especialmente; por outro, tratou de recensar as principais interpretações fornecidas pela intelectualidade francesa, ao perguntar pelo sentido ou o significado do mês famoso, a exemplo de Morin, Castoriadis, Lefort, Aron, Alan Renault & Luc-Ferry e outros, tendo como contraponto Searle para os EUA e Marcuse para a Alemanha.

[iii] Rodrigo Duarte: “O movimento estudantil alemão na década de 1960 e a Teoria Crítica da Sociedade: algumas anotações” – tendo realizado seu doutorado na Alemanha, com grande familiaridade com a cultura e a filosofia alemãs, o autor se propõe neste artigo a analisar o 68 alemão através do prisma da Teoria Crítica da Sociedade (ou TCS), sua área de especialidade e como ele deixa claro no título do artigo. Com esse intuito, ele repassa, numa ordem aproximadamente cronológica, os acontecimentos mais marcantes no relacionamento entre os expoentes da chamada “Escola de Frankfurt”, à qual a TCS está vinculada – especialmente Theodor Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse, dentre outros – e os estudantes politicamente organizados da Universidade Johann Wolfgang Goethe, sediada na cidade alemã que deu nome àquela corrente de pensamento. O texto procura mostrar que esse relacionamento sempre foi marcado por certa ambiguidade, na medida em que os principais líderes do movimento estudantil daquela instituição, dentre os quais se destaca Hans Jürgen Krahl, se consideravam inspirados pelos representantes da TCS em termos teóricos, ao mesmo tempo em que se sentiam traídos por eles (excetuando-se talvez por Marcuse) no tocante ao posicionamento e à atividade política.

A fonte trabalhada é antes de tudo o livro, organizado por Wolfgang Kraushaar, com três volumes, intitulado *Escola de Frankfurt e movimento estudantil. Da mensagem na garrafa ao coquetel Molotov*, cujo primeiro tomo contém uma profusão de imagens, fotos e charges, exibidos largamente pelo autor em sua comunicação no colóquio. Agora, no artigo será a vez dos dois volumes restantes, com análises, depoimentos e registros dos principais acontecimentos

que tiveram naquela cidade alemã, com a Universidade e o famoso Instituto a ela ligado no epicentro dos acontecimentos.

Nesse cenário, com o autor cuidando de oferecer em seu relato uma descrição objetiva e fiel dos acontecimentos, atenta aos dois lados de uma história que terá um desenlace trágico, o ponto alto é a invasão do Instituto para a Pesquisa Social, no tempo em que Adorno era diretor. Contudo, mesmo antes da invasão, com o movimento estudantil mais e mais radicalizado, era comum na Universidade e no próprio uma espécie de *bullying* político que vitimava autoridades e professores conhecido como “go-in”: palavra inglesa consistindo num “phrasal verb” que, como todo verbo dessa natureza em inglês tem mais de um significado, podendo ser usado na acepção de “entrar” num recinto, “entrar em acordo”, “entrar numa receita” (ingrediente), e que como *bullying* consistia em “entrar na sala de aula”, sem pedir a autorização e questionar, mesmo atacar frontalmente o professor. Adorno no curso de 1969 foi vítima constante desses *go-ins*, tendo sido o mais famoso deles o dia em que um grupo de estudantes com seios à mostra o provocaram com carícias e cenas eróticas, de modo que nessa sucessão de *go-ins* ele não conseguia dar mais aulas, cancelou os cursos e quando Instituto foi invadido chamou a polícia. Depois de todos esses episódios, desgastado e deprimido, Adorno sofreu um infarto fulminante e faleceu em agosto de 1969.

Tudo isso o leitor poderá seguir no livro. A acrescentar que uma outra vertente do 68 alemão, ao cabo desse processo de radicalização dos estudantes e fora da universidade, foi o surgimento do Grupo Baader-Meinhof, um grupo ultra-radical terrorista, fundado em 1970 e atuante até os anos 90. Esta é outra face do 68 alemão à diferença do francês e tendo como paralelo, até um certo ponto, nos EUA os Panteras Negras.

[iv] Giorgia Cecchinato: “A leveza da primavera de 1968. A primavera de Praga através do olhar de Milan Kundera.” – citando Aristóteles, que disse na *Poética* que a arte é mais universal do que história, pois – relembra a autora – a história limita-se a fatos particulares, enquanto a poesia ultrapassa esse limite e tem como objeto o universal, ao visar um gênero ou um caráter, como nas tragédias. Por isso um romance, uma obra de literatura nos oferece um olhar particular, visando este ou aquele personagem, esta ou aquela trama, em um ambiente ou em outro, e que tem porém valor universal. Nas páginas do romance “A insustentável leveza do ser” são relatados, a partir do ponto de vista dos protagonistas, os fatos dramáticos da repressão russa da Primavera de Praga. Em 1968 o partido comunista tcheco, dirigido por Alexander Dubček e apoiado pela maioria da população, inaugurou um movimento de reformas e democratização que foi brutalmente reprimido pelos russos e a história de amor dos protagonistas – Tomas e Tereza – tomou rumos inesperados. Uma das



imagens mais marcantes do livro é a das belas jovens de Praga provocando os soldados russos com beijos e curtíssimas minissaias. A liberdade dos costumes foi um dos elementos que a Primavera de Praga teve em comum com o Maio de '68, mas houve muitas diferenças que levaram os jovens de Paris e de Praga a não se entender quando usavam a mesma palavra: Liberdade.

Este ponto é essencial e foi desenvolvido pela autora no fim do artigo, quando ficam evidenciados o choque de perspectivas e as simetrias inversas contrapondo as primaveras francesa e tcheca. **Choque de perspectivas:** “Os jovens de Praga – lembra a autora – tinham ideias diferentes das dos estudantes ocidentais com relação ao que seria uma ‘sociedade boa’. Os franceses lutaram contra tudo: contra o *establishment*, a democracia parlamentar, os partidos políticos. Os estudantes de Praga, queriam isso tudo! Nunca acreditaram que a democracia ocidental estivesse exausta.”. **Simetria inversa:** lembra a autora que “tanto Maio de ‘68 e a Primavera de Praga pareciam se mover em paralelo, mas de fato dirigiram-se para direções opostas [...]”. E acrescenta: “do ponto de vista cultural, enquanto o Maio francês queria a revolução com base em um projeto político, a Primavera de Praga indicou o caminho oposto. Segundo Milan Kundera: ‘Maio de 68 – questionou o que chamamos de cultura europeia e seus valores tradicionais. Pelo contrário, a Primavera de Praga foi a apaixonada defesa da tradição cultural europeia no sentido mais amplo e abrangente do termo (defesa do cristianismo e da arte moderna, proibida pelo regime)’”.

[v] Jeremy J. Shapiro: “Against Thermidor: Lessons from the Sixties” – em seu artigo, o autor parte de uma metáfora sobre as cores que os períodos possuem, assinalando que o momento anterior aos anos sessenta – anos que, segundo ele, se iniciam por volta de 1965 e terminam em 1974 – poderia ser simbolizado pela cor cinza, já que – não apenas simbólica, mas até mesmo materialmente, como os uniformes dos jovens estudantes da High School – tudo nele era acinzentado. Quando, finalmente se entra na década de sessenta, as coisas ficaram coloridas – roupas, carros, relações interpessoais e, de um modo muito peculiar, a política. Isso porque a esquerda – a *New Left*, especificamente – ingressou numa fase mais arejada, em que não apenas a exploração do proletariado pelo capital, mas também a opressão das mulheres pelos homens (inclusive da esquerda tradicional), a destruição da natureza, o abuso de animais, dentre outras coisas, passaram a fazer parte dos movimentos mais radicais de oposição aos poderes constituídos.

O título do texto, à primeira vista hermético, remete ao artigo “Progress and Freud’s Theory of Instincts”, no qual Marcuse desenvolve a noção de “thermidor psíquico”, segundo a qual há forças psicológicas no indivíduo que obstam a sua emancipação e, para Shapiro, o significado da “nova esquerda”

teria sido exatamente procurar reverter o poder exercido nas pessoas por essas forças. Ressalte-se que a palavra é de origem francesa e encerra ao menos dois significados principais: [1] o 11º mês do calendário republicano, que caía sobre a estação quente, entre julho e agosto (themidor vem do grego “thermon” e significa calor, e próximo do francês “thermes”, com suas estações e águas tépidas); [2] algo antigo, estilo antigo, à moda depois do thermidor, referente ao período que se seguiu à queda de Robespierre [09 do termidor ou 27 de julho], seguida de uma reação contra o período anterior e da volta dos setores moderados e liberais da burguesia ao poder. Ao ser retomado por Shapiro, na esteira de Marcuse, não é certamente a volta da burguesia liberal que está em jogo, mas algo como a volta de forças psíquicas recalçadas ou o efeito rebote, no sentido freudiano, e contra a qual se insurge Shapiro.

Contra a volta ao cinzento, ao fim e ao cabo, podendo a mensagem final do artigo ser lida no sentido de que a *New Left* barrou a volta do antigo ou velha política e ficou mais colorida com os movimentos feministas e de outras minorias no curso dos anos setenta-oitenta e nas décadas adiante.

[vi] Eduardo Neves Soares Silva: Sobre o 68 norte-americano: estrutura e exclusão, ou os limites da *New Left* – em contraste com o estadunidense Shapiro, que focalizou em seu artigo sua experiência pessoal no ambiente norte-americano, bem como seu alinhamento político com a *New Left*, com Marcuse ao fundo de suas reflexões, o autor brasileiro se ocupará em sua análise do pós-68 dos *yankees* e com outra ordem de preocupações. Antes de tudo, a preocupação de se afastar das narrativas digamos canônicas dos 68 franceses, alemães e norte-americanos, tendo como chave analítica a relação entre teoria e prática visada na ótica dos protagonistas, com seus tensionamentos e pontos cegos, entrando na agenda de discussão as pautas dos movimentos feministas e afrodescendentes.

Duas autoras se revelam essenciais para as análises ensejadas: Jo Freeman, conhecida intelectual feminista, além de ativista política desde os tempos que estudava em Berkeley, quando associou a agenda das mulheres norte-americanas ao movimento pela ampliação dos direitos civis – e desde logo abrindo caminho para a chamada segunda onda do movimento feminista, a supor que a primeira onda ficara com os direitos civis, como no caso das sufragistas (direito ao voto), e a qual se notabilizaria pela pauta digamos moral e doméstica, em sua luta pela igualdade de gênero. Haveria uma terceira ou mais, em que prevalece uma agenda pós-gênero, mas ela é tratada pelo autor, que não se viu compelido a fazê-lo, ao se ater ao conhecido *paper* da autora, mais tarde professora da Universidade Estadual de Nova York, a saber: “The Tyranny of Structurelessness”, publicado em 1971. De Angela Davis, ligada a Marcuse desde os tempos que estudava em

Berkeley e neste sentido uma frankfurtiana, renomada ativista – um verdadeiro ícone – tanto da causa das mulheres quanto dos afrodescendentes, tendo sido militante dos *Black Panthers*, e autora do livro essencial *Women, race and class*, publicado em 1981, que irá marcar profundamente a agenda das feministas negras e mais além, deixando a abordagem marxista tradicional das classes sociais no chão: além de sofrer os condicionamentos de classe, a mulher negra americana sofria opressões de gênero e de raça, e desde logo sua pauta não é a mesma da mulher branca. Especificamente, de Angela Davis o autor cita “Marcuse’s legacies”, que veio a lume no terceiro volume da obra do filósofo alemão, publicada postumamente, em 2005, com 6 tomos e intitulado o terceiro *The new left and the 1960’s – Collected papers of Herbert Marcuse*.

Trata-se, portanto, do mesmo período coberto por Jeremy Shapiro, que, como foi dito, é discípulo de Marcuse, como aliás Angela Davis, autorizando-nos a pensar que se trata, no caso do capítulo de Davis, do reconhecimento de seu legado para a *New Left*. Contudo, não é essa a tese do autor, que, no final de seu artigo, ao seguir os passos de Angela Davis, mais do que falar dos limites da nova esquerda, como está no título, sentenciará que “o 1968 americano foi a sentença de morte da *New Left*.”.

[vii] Sérgio Alcides: ‘Quarup’: a ‘deseducação’ do público – o artigo gravita em torno de duas ideais axiais, tendo o Brasil no centro das preocupações, tanto do romancista quanto do próprio autor, donde a linha de convergência. As duas ideias são “quarup” e “deseducação”, vindas com aspas no título: a primeira, termo indígena da região do Xingu, onde vivem os caiapós e outros povos aparentados e que falam dialetos do macro-jê, portanto diferente do tupi-guarani, e grafado também com k (kuarup), o qual designa um ritual religioso em homenagem aos mortos, centrado na figura do demiurgo *Mawutzinin*, ou o primeiro homem, e que o romancista toma como a metáfora do Brasil; a segunda, em alusão aos romances de educação alemães (*Bildungsroman* na língua de Goethe), cujo modelo, pode-se dizer, é o clássico *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, com sua mensagem de elevação espiritual, e que será objeto de uma desconstrução da parte de Antônio Callado, com seu propósito de oferecer ao leitor brasileiro o *anti-bildung*. Nas palavras de Callado, o romance narra a expedição ao centro geográfico do Brasil e ao longo dele “seu personagem Nando parte de uma concepção de mundo barroca, sofisticada, e vai despojando-se dela em busca de um contato mais direto com a realidade”. O resultado, conforme Alcides, é um novo experimento literário, de aprendizado, com efeito, mas em que o herói ao passar por sucessivas provas pessoais “se deseduca” até estar pronto para o enfrentamento – no caso, armado – da realidade. São anos de “desaprendizado”: a narrativa de *Quarup* não aspira ao teor “espiritual” ou

metafísico que caracteriza o romance de formação. Trata-se da politização da consciência, formadora de “outro tipo de Homem Brasileiro”.

Publicado em 1967, *best-seller* em 1968 e o livro mais vendido do Brasil na década de 1970, “o romance marcou o ambiente cultural e o debate público sobre o papel da intelectualidade diante da crise política vivida no Brasil desde o golpe militar de 1964”. Tendo como personagens centrais, o padre Nando, depois *défroqué*, e a sua parceira Francisca, segundo Alcides o livro está marcado em sua composição por uma ambiguidade de fundo: por um lado, a utopia de um país melhor e mais justo; por outro, o desencanto e o pessimismo com o destino do Brasil. Selecionado pelo dossiê para reverberar em seu artigo o 68 brasileiro, ao cruzar a literatura com a política, o autor mostra o vívido contraste da recepção de um livro que foi *best-seller* e hoje esquecido. Outro achado de suas análises consistiu em estabelecer que “a pesquisa sobre a sua primeira recepção mostra que o polo desencantado inicialmente não despertou tanta atenção quanto o apelo ao engajamento político do intelectual, no sentido proposto por Jean-Paul Sartre.”. Em abono a essa importante ilação, o autor cita “Présentation des Temps Modernes”, datado de 1945 e publicado em *Situations, II. Littérature et engagement*. Como se sabe, Sartre tinha visitado o Brasil em 1960, tendo permanecido nessas paragens três meses, e gozava de grande influência na intelectualidade brasileira daquele período, e é então em sua obra literária e em seu inigualável ativismo de intelectual engajado em que Callado se inspira para fazer de *Quarup* o romance *engagé* e o *anti-bildung* brasileiro.

[viii] Myriam Ávila: “As três caravelas de 68” – também selecionado pelo dossiê para pensar o 68 brasileiro pelo viés das artes, a autora – para retomar o sugestivo título – navega nas complexas ondas político-sociais que deram um caráter único ao ano de 1968 no Brasil, quando um grupo de artistas veio balançar toda a cena cultural brasileira, obrigando-a a um rearranjo total, estético e ideológico. Tudo somado, o texto que resultou dessas reflexões identifica três vertentes artísticas plenamente delineadas em 68: a vanguardista, a populista e a tropicalista, aqui comparadas às três caravelas de Colombo – Santa Maria, Pinta e Nina, cabendo o papel de nau capitânia à última, em cujo comando estava o navegador genovês, como lembra a autora – e festejadas numa canção caribenha que Caetano e Gil retomam em versão bilíngue no LP *Tropicália*. Porém, na mais viva dessas vertentes, a tropicalista, ao contrário da viagem intencionada das caravelas de Colombo, o que está em jogo “não, não é uma estrada, é uma viagem [...] que não tem sul nem norte”, como diz a canção dos Novos Baianos, “Ferro na Boneca”. Hoje, o empreendimento tropicalista nos causa admiração ainda pela disposição de enfrentar pela aposta na criação e

na cultura, um cenário político que parecia não oferecer nenhuma perspectiva de superação.

Sobre esse cenário, menos de um ano depois do último festival da Record, antes do AI-5, Caetano Veloso e Gilberto Gil foram presos pela ditadura, em São Paulo, 14 dias depois de o ato famoso entrar em vigor, em seguida transferidos para o Rio de Janeiro e soltos dois meses mais tarde. De volta a Salvador, foram novamente detidos e proibidos de tudo, dar shows, etc., não só eles, mas também Chico Buarque, tornando a vida pessoal e artística deles impossível e forçando-os a tomar o caminho do exílio. Em meados de 1969 Caetano e Gil se mudam para Londres e só voltam para o Brasil em 1972.

Mais uma vez assistíamos ao cruzamento da arte e da política, desta vez não pelo lado reluzente do intelectual sartreano engajado e com todo o protagonismo, mas pelo *dark side* da repressão do pensamento e da criatividade.

Concluindo, como ressaltado antes, duas matrizes estavam em jogo no 68 brasileiro; a da Califórnia e a contracultura; a de Paris e os encantos da política radical de esquerda. No caso do tropicalismo parece que foi a vertente californiana que prevaleceu, com seu experimentalismo, sua crítica aos costumes e suas cores reluzentes, como notou Shapiro, e cuja mensagem transgressora estava exibida nos muros de Paris com os dizeres “é proibido proibir” e também entre nós como mote do Tropicalismo. Em sua origem estavam Caetano Veloso, o festival da canção da Globo de 1968, a música com a letra famosa interpretada por ‘Os mutantes’ e o discurso iconoclasta do músico baiano desancando todo mundo.

-x-x-x-

Aqui terminamos a apresentação do dossiê, com os autores e os artigos em primeiro plano, e, também, com os contextos específicos e as informações necessárias para embasamento e conforto dos leitores da *Kriterion*.

Depois da publicação, o dossiê seguirá seu livre curso e irá integrar o Espaço da Memória do Departamento de Filosofia da UFMG, que está em processo de implantação.

*Os Editores*

Maio de 2020